

A INSUFICIÊNCIA NOSSA DE CADA DIA: OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA CONVIVEM COM O PRECONCEITO NO MEIO ACADEMICO?

**PATRICK DIAS DAS NEVES¹;
DUANE FERREIRA RIJO²; JAVIER LUZARDO³**

¹*Universidade Federal de Pelotas – patrickdiasdasneves11@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas– duanerijo@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – javier.ufpel@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O deficiente físico tem sido negligenciado e, muitas vezes, posto à margem das políticas afirmativas na maioria das universidades. Mesmo com a Constituição Federal e a lei nº 13.146/2015 garantindo a aplicação dos direitos das pessoas com deficiência, as instituições de ensino superior e a comunidade acadêmica excluem essas pessoas diversas vezes por falta de acesso às informações sobre os direitos da pessoa com deficiência.

Quando se fala em pessoas portadoras de deficiência, pensamos somente em inclusão social e assistencialismo por parte do Estado, excluindo-se o caráter humano e as vivências dessas pessoas, pondo-as, automaticamente, à margem da sociedade e as classificando como pessoas inválidas ao exercício das atividades cotidianas, sejam elas físicas ou intelectuais, e transferindo a responsabilidade do Estado sobre essas pessoas para a família e para a sociedade.

O Ministério da Educação criou através dos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005 o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) que tem como função garantir o acesso das pessoas portadoras de deficiência às instituições federais de ensino superior, fomentando a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior.

A criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão na Universidade Federal de Pelotas em agosto de 2008, através da verba advinda do programa incluir, possibilitou a atuação da universidade pelas áreas de tradução de Libras, audiodescrição, tutorias e melhor auxílio aos portadores de deficiência que ingressavam na instituição perante a comunidade acadêmica.

A partir deste estudo, os objetivos a serem alcançados são: verificar o dia a dia acadêmico de uma pessoa portadora de deficiência perante a comunidade universitária e evidenciar as possíveis formas de exclusão e preconceito sofridos por essas pessoas.

2. METODOLOGIA

A coleta de dados teve como metodologia os seguintes passos: Primeiramente os entrevistados deveriam responder um questionário sociolinguístico que tinha, como objetivo, verificar quem eram os informantes e se atendiam a certos pré-requisitos seguindo a proposta de pesquisa da Sociolinguística Variacionista, de Pavlov. A entrevista foi composta de perguntas capazes de mostrar: sexo/gênero, idade, formação escolar, tipo de deficiência, atividades acadêmicas, estruturas pedagógicas da universidade, metodologia pedagógica adotada pelos professores, áreas de convivência, além de questionar sobre o relacionamento interpessoal (professor x aluno e aluno x aluno).

Para tanto, no primeiro momento foi verificado, entre o universo de estudantes da Universidade Federal de Pelotas, especificamente do curso de Pedagogia, se existiam esses alunos e quantos eram os estudantes portadores de deficiências que estavam matriculados regularmente. Atendendo aos critérios, após a verificação, o segundo passo foi o contato com os estudantes e combinar a realização de entrevista e a aplicação do questionário.

Como terceiro, e último momento, foi caracterizada a análise, à luz da teoria sobre educação inclusiva, dos dados por meio de tabulação das respostas e analisadas.

As amostras dos estudantes do curso de pedagogia serviram para responder as inquietações postas, anteriormente, nos objetivos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A medida que obtínhamos os dados fomos capazes de perceber que o objeto de estudo se torna importante para ampliar a discussão entre os outros cursos e, evidenciar se o que acontece se restringe apenas a um segmento ou a vários do meio acadêmico.

Entretanto, percebe-se ainda, no cotidiano acadêmico, a maneira discriminatória com a qual os portadores de deficiência são tratados em nossa universidade, muitas vezes sendo colocados à margem da comunidade acadêmica. Percebe-se a dificuldade da instituição, docentes, técnicos administrativos e colegas em lidar com o aluno portador de deficiência, seja por desconhecimento de como agir, seja pela falta de estrutura física, ou, até mesmo, pela ausência de um entendimento adequado sobre a realidade apresentada.

Embora exista o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), vinculado a Pro – Reitoria de Graduação, onde os acadêmicos portadores de deficiência receberam um tutor para ajudá-los em suas tarefas, sejam elas de estudos, ou até mesmo para o auxílio com a aquisição de material didático para as leituras, constata-se que os mecanismos adotados durante a prática pedagógica não facilitam a absorção ou não vão ao encontro das necessidades dos portadores de deficiências. Isso é constatado em momentos de baixo desempenho, além de evidenciarmos uma prática discriminatória pela comunidade acadêmica. Decorrente disso, nota-se uma baixa autoestima e produtividade nas disciplinas.

4. CONCLUSÕES

Apesar de termos visualizado, na coleta de dados, padrões regulares nas práticas acadêmicas, foi possível verificar que existe um esforço considerável nas questões relativas aos portadores de deficiência, no combate ao preconceito e à tentativa de evitar a marginalização. A exclusão do deficiente na comunidade acadêmica da UFPEL vem diminuindo através da educação inclusiva e das poucas ações da universidade para melhorar a qualidade de vida dos portadores de deficiência que nela ingressam.

A criação em conjunto do NAI, com a administração da instituição, de um plano institucional de acessibilidade onde foram reconhecidos os direitos dos portadores de deficiência e estabelecidas metas para garantir o acesso e a permanência dessas pessoas ao curso superior significam um avanço histórico na instituição. Além disso, o programa institucional de tutores, possibilitou que os deficientes que chegavam na universidade através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e do Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE), tivessem

suas limitações amenizadas pela ajuda desses profissionais que auxiliam na melhoria acadêmica desses estudantes.

O trabalho efetuado pelo NAI, a partir de suas iniciativas em auxiliar de forma tímida, porém, direta e efetiva àqueles que necessitam, podem melhorar e mudar a vida de uma pessoa. No entanto, se deve atentar para reuniões que efetivem uma mudança na cultura e na prática pedagógica que proporcionem uma melhora no acompanhamento das disciplinas por parte destes agentes necessitados.

Sabido está que o preconceito e a marginalização existem, porém nos últimos anos vem diminuindo através dessas ações da universidade em demonstrar que o portador de deficiência está entre a multidão e que ele é capaz de ter uma vida acadêmica normal, porém respeitando as suas limitações advindas das dificuldades decorrentes de sua deficiência.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, José G. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

DIAS, Vera Lúcia; SILVA, Valéria de Assumpção; BRAUN, Patrícia. **A inclusão do aluno com deficiência auditiva na classe regular: reflexões sobre a prática pedagógica**. In: GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

BRASIL, **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acessado em 11 de julho de 2016.

BRASIL, **Lei nº 7.853/89**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm
Acessado em 11 de julho de 2016.

BRASIL, **Programa Incluir**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir> Acessado em 11 de junho de 2016.

BRASIL. **Decreto n. 3.956, de 8 out. 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acessado em: 11 de julho de 2016.

BRASIL. **Lei Brasileira da Inclusão**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm
Acesso em: 10 de julho de 2016.

UFPEL. **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão**. Coordenadoria de Comunicação social. Pelotas, 15 de agosto de 2008. Acessado em 10 de julho de 2016. Disponível em: <http://ccs.ufpel.edu.br/wp/2008/08/15/inaugurado-nucleo-de-acessibilidade-e-inclusao/>

UFPEL. **Plano Institucional de Acessibilidade**. Coordenadoria de Comunicação social. Pelotas, 01 de abril de 2016. Acessado em 10 de agosto de 2016. Disponível em: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2016/04/PLANO-INSTITUCIONAL-DE-ACESSIBILIDADE.pdf>